

STJ00071964

José Xavier Carvalho de Mendonça

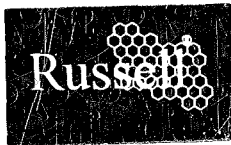


TRATADO
DE
DIREITO COMERCIAL BRASILEIRO

Volume V – Tomo II

Atualizado por RICARDO RODRIGUES GAMA

1.^a edição



Selo de autenticidade



2006

Campinas/SP

347.7 (81)
M 539 tda
v. 5
t. 2

editores

revisão

projeto gráfico capa

projeto gráfico e editoração

Ficha Catalográfica elaborada pela
Faculdade de Biblioteconomia da PUC Campinas

346.07(81) Mendonça, José Xavier Carvalho de – 1861-1930
M495t Tratado de direito comercial brasileiro/José Xavier Carvalho de Men-
donça, atualizado por Ricardo Rodrigues Gama. – Campinas: Russell
Editores, 2006
11v. 23cm.

1. Direito Comercial brasileiro 2. Brasil – Direito Comercial I. Título

CDD 346.07(81)
CDU 347.07(81)

Índice para o catálogo sistemático

Direito Comercial brasileiro 346.07(81)
Brasil – Direito comercial 346.07(81)

ISBN Coleção 85-89251-32-2 (Obra Completa)

ISBN Volume V Tomo I – 85-89251-57-8

Copyright © 2006 Russell Editores Ltda.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser repro-
duzida ou transmitida por nenhum meio, seja mecânico ou eletrônico,
fotocópia, gravação etc., sem a expressa autorização da Russell Editores
Ltda.

Russell Editores Ltda.
Rua Padre Camargo Lacerda, 553 – Jardim Chapadão
CEP 13070-182

Campinas – SP
Fone/Fax (19) 3242-7683
e-mail: russell@russelleditores.com.br
internet: www.russelleditores.com.brP

| | |
|---|------------|
| SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA | |
| N.º | DATA |
| 120693 | 22/10/2007 |

| | |
|---------------------------|----|
| Nota do Atualizador | 11 |
|---------------------------|----|

LIVRO V

DA FALÊNCIA E DA CONCORDATA PREVENTIVA

PARTE I

DA FALÊNCIA (CONTINUAÇÃO)

| | |
|---|-----|
| Título V. Dos dois períodos da falência e do pessoal que funciona em cada um | 13 |
| Capítulo I. Do Juiz | 19 |
| Capítulo II. Do representante do Ministério Público..... | 22 |
| Capítulo III. Dos síndicos e liquidatários | 37 |
| Capítulo IV. Do conselho ou da comissão fiscal..... | 72 |
| Capítulo V. Dos credores e do falido | 75 |
| Título VI. Do período de informação da falência | 77 |
| Capítulo I. Dos síndicos e de suas atribuições ou funções na administração e representação da massa falida..... | 77 |
| Seção I. Da nomeação dos síndicos | 79 |
| Seção II. Das atribuições e dos deveres dos síndicos..... | 86 |
| Capítulo II. Da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido | 96 |
| Capítulo III. Do inventário dos bens, do balanço e do exame dos livros do falido..... | 103 |
| Capítulo IV. Da continuação do estabelecimento ou negócio comercial ou industrial do falido | 109 |
| Capítulo V. Da verificação de créditos e da classificação dos credores..... | 112 |
| Seção I. Da declaração e da exibição dos títulos creditórios..... | 120 |
| Artigo I. Do convite aos credores | 121 |
| Artigo II. Dos prazos para as declarações de créditos | 122 |
| Artigo III. Da forma das declarações e da respectiva prova | 123 |
| Artigo IV. Do exame das declarações e dos documentos que as instruem pelo falido e pelos síndicos | 132 |
| Artigo V. Da organização das relações dos credores e de seu depósito no cartório do escrivão do processo..... | 134 |

| | |
|---|-----|
| Seção II. Da impugnação aos créditos declarados | 138 |
| Artigo I. Das pessoas que podem impugnar os créditos | 138 |
| Artigo II. Do tempo e prazo para as impugnações..... | 142 |
| Artigo III. Dos fundamentos da impugnação..... | 144 |
| Artigo IV. Do processo de impugnação | 153 |
| Seção III. Da admissão, exclusão e classificação dos credores..... | 157 |
| Seção IV. Do recurso das decisões judiciais nos processos de impugnação de créditos | 162 |
| Seção V. Da classificação dos credores da falência..... | 166 |
| Artigo I. Dos credores com direitos reais de garantia..... | 170 |
| § 1.º Dos credores hipotecários..... | 173 |
| § 2.º Dos credores anticréticos..... | 174 |
| § 3.º Dos credores pignoratícios | 175 |
| Artigo II. Dos credores privilegiados..... | 178 |
| § 1.º Dos credores com privilégio geral..... | 180 |
| § 2.º Dos credores com privilégio especial..... | 183 |
| Artigo III. Dos credores com direito de retenção | 188 |
| Artigo IV. Dos credores separatistas..... | 206 |
| Artigo V. Dos credores quirografários | 208 |
| Artigo VI. Dos credores garantidos por fianças e com obrigações solidárias | 209 |
| § 1.º Dos credores garantidos por fiança..... | 210 |
| § 2.º Dos coobrigados solidários..... | 210 |
| Seção VI. Da verificação de créditos e da classificação dos credores retardatários..... | 215 |
| Seção VII. Da revisão da verificação de créditos ou da classificação dos credores | 218 |
| Título VII. Do período de liquidação da falência | 225 |
| Capítulo I. Dos liquidatários e de suas atribuições ou funções na administração e representação da massa falida | 226 |
| Seção I. Da eleição dos liquidatários | 227 |
| Seção II. Das atribuições e dos deveres dos liquidatários..... | 231 |
| Capítulo II. Da realização do ativo..... | 236 |
| Seção I. Da venda dos bens da falência | 239 |
| Artigo I. Da venda em leilão..... | 240 |
| Artigo II. Da venda mediante propostas | 248 |

| | |
|--|-----|
| Seção II. Da cobrança e da remissão das dívidas ativas da falência | 252 |
| Seção III. Da transação sobre dívidas e negócios da massa falida..... | 253 |
| Seção IV. De outros meios de realização do ativo, autorizados pelos credores | 254 |
| Capítulo III. Do pagamento aos credores da falência..... | 262 |
| Seção I. Do pagamento aos credores sociais e aos credores particulares de cada um dos sócios falidos | 263 |
| Seção II. Do pagamento aos credores com direitos reais de garantia | 265 |
| § 1.º Do pagamento aos credores hipotecários | 265 |
| § 2.º Do pagamento aos credores anticréticos..... | 273 |
| § 3.º Do pagamento aos credores pignoratícios | 274 |
| Seção III. Do pagamento aos credores privilegiados | 276 |
| Seção IV. Do pagamento aos obrigacionistas..... | 278 |
| Seção V. Do pagamento aos credores com direito de retenção | 278 |
| Seção VI. Do pagamento aos credores quirografários | 280 |
| Seção VII. Da reserva das cotas ou dos dividendos | 282 |
| Título VIII. Da reivindicação na falência | 283 |
| Capítulo I. Da reivindicação <i>in genere</i> | 289 |
| Capítulo II. Dos casos especiais da reivindicação na falência | 294 |
| Seção I. Das coisas em poder do falido a título de mandato, depósito regular, penhor, anticrese, administração, arrendamento, comodato, usufruto, uso ou habitação | 295 |
| Seção II. Das mercadorias em poder do falido a título de comissão de compra ou venda, trânsito ou entrega..... | 301 |
| Seção III. Dos títulos de crédito à ordem e dos títulos ao portador | 307 |
| Seção IV. Das coisas não pagas, expedidas pelo vendedor ao falido, e das coisas compradas a crédito pelo falido nas vésperas da falência | 309 |
| Artigo I. Dos direitos do vendedor na falência do comprador..... | 310 |
| § 1.º Da primeira situação do vendedor | 312 |
| § 2.º Da segunda situação do vendedor..... | 315 |
| § 3.º Da terceira situação do vendedor..... | 319 |
| Artigo II. Dos direitos do comprador na falência do vendedor | 324 |
| Capítulo III. Dos meios reivindicatórios e do rito processual de cada um deles | 326 |
| Seção I. Da reclamação reivindicatória..... | 329 |
| Seção II. Dos embargos de terceiro senhor e possuidor..... | 332 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo IV. Dos efeitos da reivindicação na falência..... | 335 |
| Título IX. Da concordata | 338 |
| Capítulo I. Das noções gerais e fundamentais sobre a concordata..... | 341 |
| Capítulo II. Da formação da concordata na falência | 358 |
| Seção I. Da proposta do falido | 358 |
| Seção II. Da deliberação dos credores em assembléia sobre a proposta do falido..... | 372 |
| Seção III. Da oposição à concordata (dos embargos à concordata)..... | 391 |
| Seção IV. Da homologação judicial da concordata | 402 |
| Capítulo III. Dos efeitos da concordata devidamente homologada..... | 409 |
| Seção I. Dos efeitos quanto ao processo de falência..... | 410 |
| Seção II. Dos efeitos quanto aos credores..... | 413 |
| Seção III. Dos efeitos quanto ao concordatário..... | 420 |
| Seção IV. Dos efeitos quanto aos sócios na concordata formada na falência da sociedade..... | 425 |
| Capítulo IV. Da rescisão da concordata..... | 427 |
| Seção I. Dos casos de rescisão | 429 |
| Seção II. De quem pode requerer a rescisão e de seu rito processual | 430 |
| Seção III. Dos efeitos da rescisão da concordata | 432 |
| Título X. Das falências de pequeno ativo | 437 |
| Título XI. Da falência das sociedades de crédito real..... | 443 |
| Título XII. Do encerramento da falência | 446 |
| Título XIII. Da reabilitação..... | 457 |
| Título XIV. Da falência no Direito Internacional Privado | 464 |
| Capítulo I. Dos sistemas da unidade e universalidade e da territorialidade da falência | 466 |
| Capítulo II. Dos efeitos no Brasil das sentenças estrangeiras em matéria de falência..... | 476 |
| Capítulo III. Da falência dos devedores estrangeiros declarada pela justiça brasileira..... | 482 |
| Capítulo IV. Da extensão da sentença declaratória de falência, proferida no Brasil, aos credores estrangeiros e aos bens situados no estrangeiro..... | 485 |

PARTE II

DA CONCORDATA PREVENTIVA

| | |
|--|-----|
| Título I. Dos meios preventivos da declaração de falência nas legislações estrangeiras e no direito brasileiro | 487 |
| Título II. Do conceito e das condições existenciais da concordata preventiva. De seu processo, de seus efeitos e de sua rescisão | 502 |
| Capítulo I. Do conceito e da natureza jurídica da concordata preventiva ... | 504 |
| Capítulo II. Das condições essenciais para a formação da concordata preventiva | 510 |
| Capítulo III. Da formação da concordata preventiva | 514 |
| Seção I. Do juiz competente..... | 514 |
| Seção II. Do processo para a formação da concordata preventiva..... | 517 |
| Artigo I. Do requerimento inicial para a convocação dos credores e a proposta de concordata preventiva..... | 517 |
| Artigo II. Do processo preliminar..... | 523 |
| Artigo III. Dos comissários e de suas funções..... | 527 |
| Artigo IV. Da assembléia dos credores | 531 |
| Seção III. Da oposição à concordata preventiva (dos embargos à concordata)..... | 537 |
| Seção IV. Da homologação judicial da concordata preventiva ou da não-homologação e conseqüente abertura de falência | 539 |
| Capítulo IV. Dos efeitos da homologação judicial da concordata preventiva | 540 |
| Seção I. Dos efeitos relativos ao concordatário | 540 |
| Seção II. Dos efeitos relativos aos credores | 544 |
| Capítulo V. Da rescisão da concordata preventiva | 546 |
| Título III. Da concordata preventiva no Direito Internacional Privado..... | 547 |

PARTE III

DA MATÉRIA PENAL EM RELAÇÃO À FALÊNCIA E À CONCORDATA PREVENTIVA CONSIDERAÇÕES GERAIS

| | |
|--|-----|
| Título I. Dos crimes do devedor, de seus cúmplices e de outras pessoas | 554 |
| Capítulo I. Da falência culposa e da falência fraudulenta | 555 |
| Seção I. Da falência culposa | 558 |
| Seção II. Da falência fraudulenta | 562 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo II. Dos crimes especiais do devedor falido | 564 |
| Capítulo III. Dos crimes pela violação de deveres especiais dos administradores e liquidantes das sociedades anônimas e em comandita por ações | 567 |
| Capítulo IV. Dos crimes cometidos pelo devedor por ocasião da concordata preventiva..... | 568 |
| Capítulo V. Dos crimes de outras pessoas que não os devedores por ocasião da falência e da concordata preventiva..... | 569 |
| Capítulo VI. Dos crimes do pessoal que intervém na falência..... | 571 |
| Título II. Da ação penal | 574 |
| Capítulo I. Dos caracteres específicos da ação penal | 574 |
| Capítulo II. Do juiz competente | 578 |
| Capítulo III. Do processo penal..... | 580 |
| Índice alfabético..... | 585 |